



Administração Pública e Gestão Social
ISSN: 2175-5787
apgs@ufv.br
Universidade Federal de Viçosa
Brasil

Editorial

Brunozi Junior, Antonio Carlos

Editorial

Administração Pública e Gestão Social, vol. 13, núm. 4, 2021

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351568433015>



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivar 3.0 Internacional.

Editorial

Antonio Carlos Brunozi Junior
Universidade Federal de Viçosa, Brasil
acbrunozi@yahoo.com.br

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351568433015>

Caros(as) Leitores(as),

Mais um ano editorial da APGS está terminando. A quarta edição de outubro de 2021 é a última do ano que traz assuntos remetendo, novamente, à importância de pesquisas na área de concentração pública em um período bem difícil para a sociedade – que está com indícios de melhoras, mas ainda exige extrema cautela.

Com a pandemia, as nações, incluindo o Brasil como um dos países em pior situação, foram assoladas por vários problemas econômicos, sociais e políticos. E como a ciência pode ajudar? Com os esforços de pesquisadores em entender a realidade e propondo soluções. Mas e a sociedade, como ela pode acessar esses esforços de pesquisas? Por meio de meios de comunicação científicos sérios e comprometidos, como a APGS.

Considerando esses esforços e as pesquisas realizadas, apresento os artigos da quarta edição de 2021 da APGS.

O artigo 1, **Análise da Implementação dos Municípios Brasileiros às Diretrizes do Programa Mais Médicos (PMM)**, trouxe conhecimentos sobre esse Programa considerando as características e as disparidades regionais dos municípios que foram contemplados pelo PMM. Por meio da análise de 149 relatórios de auditoria da CGU, percebeu-se que municípios que oferecem condições de moradia, alimentação, transporte e estrutura de forma adequada, a atuação do médico no PMM é considerada satisfatória, independentemente de o município apresentar maior ou menor índice de desigualdade social.

O artigo 2, **Atuação da Auditoria Interna nas Universidades Federais Brasileiras**, sob a égide teórica do isomorfismo, analisou a atuação das auditorias internas de Universidades públicas federais. Em uma amostra com 60 Universidades, constatou-se que as atividades de auditoria desenvolvidas visam os controles da gestão e possuem como foco, principalmente, as auditorias de gestão e operacional. Mais de um terço das atividades desenvolvidas estão ligadas ao assessoramento a gestores, acompanhamento da implementação de recomendações dos órgãos de controle e emissão de relatórios.

O artigo 3, **O Dark Side da Digitalização na Era do Capitalismo de Vigilância: Um estudo dos Termos de Consentimento da Uber à Luz da Legislação Brasileira**, analisou os tipos de más-condutas que compõem os termos de consentimento de uma organização digitalizada. Os autores adotaram o método de análise documental, considerando o conteúdo dos Termos de Consentimento da Uber e das Leis n. 12.965 de 2014 (“Marco Civil da Internet”) e n. 13.709 de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados). Eles verificaram que os termos de consentimento da Uber conflitam com as leis em mais de setenta pontos e obscurecem as práticas de expropriação de dados, caracterizando uma má conduta da organização.

O artigo 4, **The Relationship between Pandemic Circumstances and Socioeconomic Factors and Implications for the Government**, analisou a relação entre fatores socioeconômicos e os resultados da pandemia. Considerando os municípios de Santa Catarina, os achados indicaram que municípios com mais condições socioeconômicas não necessariamente tiveram menos mortes e/ou casos de COVID-19.

O artigo 5, **Análise Comparativa da Eficiência Alocativa das Despesas Públicas Municipais utilizando Mineração de Dados**, investigou comparativamente a eficiência alocativa das despesas públicas dos municípios brasileiros utilizando técnicas de mineração de dados. Os autores constataram padrões relevantes nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento, como a importância de se despender recursos na formação

dos docentes, e caracterizadas discrepâncias regionais em termos do desempenho do Sistema Único de Saúde (SUS).

O artigo 6, **Investimento em educação diminui a criminalidade: análise dos municípios do Rio Grande do Sul usando econometria espacial**, analisou se aumentos de gastos em educação, via vencimentos dos professores, reduz as taxas de criminalidade nos municípios do Rio Grande do Sul. Com a ótica espacial, os resultados obtidos permitem afirmar que um aumento dos gastos públicos em educação nos municípios diminui as taxas de criminalidade dos próprios municípios e dos municípios vizinhos no ano seguinte.

O artigo 7, **Gestão Fiscal Municipal: uma análise sob a ótica do federalismo fiscal e dos ciclos políticos nos governos locais**, investigou a relação de fatores, representados sob as óticas do Federalismo Fiscal e a Teoria dos Ciclos Políticos, com a gestão fiscal de municípios paranaenses. Os resultados indicaram que dívida, gastos com pessoal e condição financeira, bem como o ciclo eleitoral, explicam a gestão fiscal dos entes subnacionais.

O artigo 8, **Inovação e colaboração governamental para recuperar veículos roubados e furtados**, discutiu em que medida a intensidade de colaboração entre diferentes esferas governamentais molda o desempenho organizacional obtido a partir de inovações tecnológicas no setor público. Tendo como base a implementação de um sistema de recuperação de veículos roubados e furtados em que a Prefeitura de São Paulo e a Polícia Militar do Estado de São Paulo agiram conjuntamente, percebeu-se sucesso em recuperar veículos quando ocorre a colaboração, mas com resultados diferentes para os distritos no município paulista.

Por sua vez, temos dois casos de ensino nesta edição. O primeiro, **Efeitos Adversos: um olhar a partir das Políticas Públicas para Povos Indígenas no Brasil**, busca discutir elementos de convergência e outros responsáveis pelos insucessos e problemas surgidos do encontro entre os povos indígenas no Brasil e as políticas públicas destinadas a essas populações. Já o segundo, **O Plano Nacional de Educação: Análise do Processo de Construção de uma Política Pública tipicamente Brasileira**, é um caso a ser aplicado para o entendimento e a discussão do ciclo de política pública, desde a identificação do problema, agenda, formulação, decisão, implementação, avaliação e extinção.

Aproveitem esse rico conteúdo.

Saudações,

Antônio Brunozi.